

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: INICIATIVAS PARA O CAMPO DO ENSINO

Roberta Ribeiro De Cicco (Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ – Bolsista Capes)

Eliane Portes Vargas (Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

Resumo: Este artigo objetiva contribuir para o ensino de ciências focalizando a diversidade sexual e a família nas ações escolares, a serem consideradas como temáticas relevantes nos processos formativos e inerentes ao contexto escolar tendo em vista o papel decisivo da escola na construção do conhecimento científico e de propostas para o enfrentamento da violência e discriminação das minorias neste espaço. As reflexões constantes da presente análise conjugam as perspectivas sociológicas e antropológicas conduzidas a partir de uma abordagem qualitativa com um levantamento realizado em documentos oficiais e/ou projetos associados à temática da diversidade sexual nas escolas, bem como a identificação de iniciativas e projetos, que fortalecem o respeito à diversidade sexual. As reflexões apresentadas abordam as atuais tentativas de implementação de propostas sobre diversidade sexual no campo do ensino, somadas às questões da participação da família nestes debates, que se refletem, por sua vez, no âmbito das políticas públicas. Coloca ainda desafios ao envolver a consideração deste novo contexto de práticas sexuais e arranjos familiares, nas propostas e projetos voltados ao cenário escolar contemporâneo. Deste modo, reafirma-se a necessária problematização em torno desta temática na tentativa de melhor compreender alguns dos elementos em jogo presentes neste debate, bem como identificar possíveis lacunas existentes nas formulações de políticas públicas com vistas às suas aplicabilidades no âmbito do ensino.

Palavras-chaves: diversidade sexual, escola, ensino, família.

Introdução

Uma das temáticas inerentes à sexualidade que transcende aos conteúdos abordados no ensino de ciências estando imerso no cotidiano escolar é a diversidade sexual. Este tema traz consigo debates do campo das ciências sociais cujos objetivos estão voltados à consolidação de uma cultura de respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero. No Brasil, as diferenças sociais ganharam maior visibilidade e os estudos de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais incentivaram os conteúdos curriculares e as práticas docentes a não reforçarem as diferenças sociais entre homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais.

Tendo por base a literatura no âmbito das ciências sociais e humanas as discussões em torno desta temática revelam ainda, em muitos casos, episódios de discriminação da população homoafetiva, apontando uma persistente intolerância aos direitos sexuais dos cidadãos. Segundo pesquisa da UNESCO sobre juventude e sexualidade, o Brasil apresenta crescente índice de atitudes e valores homofóbicos no espaço escolar (Abramovay, 2004) embora se observe também um crescente interesse em favor de ações mais abrangentes no enfrentamento da violência, do preconceito e de discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (BRASIL, 2009).

Na medida em que a temática da diversidade sexual está inserida no contexto do ensino levantando questões referentes a episódios de discriminação da população homoafetiva e apontando ainda uma intolerância aos direitos sexuais dos cidadãos, parte-se do pressuposto, de serem consideradas problemáticas as discussões em torno da sexualidade, e especialmente da diversidade sexual no cenário escolar ao envolver valores e percepções modeladas pelas representações sociais sobre o tema. Mas qual a relevância deste tema no âmbito das práticas de ensino e do contexto escolar?

A escola tem sido historicamente considerada, a partir dos valores e modelos de conduta por ela transmitidos e produzidos na sociedade pela educação formal, como um local de debates e desenvolvimento de propostas neste âmbito. Portanto, tem um papel decisivo na construção do conhecimento, no desenvolvimento de ações visando tal construção. No cenário contemporâneo a relevância desta atuação afirma-se por meio de práticas pautadas no respeito às diferenças sociais, incluídas aquelas presentes na experiência da sexualidade, e no enfrentamento dos preconceitos em suas mais variadas vertentes. Pode-se destacar em meio às propostas, que a família tem sido apontada como uma parceira em potencial destes projetos, cabendo ser problematizada a visão de família que se encontra na base destas propostas e ações. Ou seja, a escola, traduz-se, para a sociedade, como um espaço institucional privilegiado para a convivência social e para o estabelecimento de relações subjetivas favoráveis à promoção do conhecimento científico e das questões de saúde e ao respeito à diversidade. Portanto, é um local de construção de diálogos entre os adolescentes e toda a comunidade escolar.

Neste cenário, gestores institucionais, professores, os próprios estudantes e seus familiares apresentam interpretações diferenciadas em relação à temática tornando complexos não só os debates a respeito, mas o desenvolvimento de propostas neste âmbito, sobretudo aquelas que visam a ampliação das discussões sobre a abordagem do tema no contexto do ensino. Desta forma, torna-se relevante compreender como as propostas voltadas à temática da Diversidade Sexual são recebidas, discutidas e desenvolvidas no cenário escolar cujos modelos e valores transmitidos atuam decisivamente na construção do pensamento crítico, bem como são percebidas e dialogadas em conjunto com os diversos núcleos e constituições familiares presentes na comunidade escolar.

Percursos da análise

As reflexões constantes da presente análise conjugam as perspectivas sociológicas e antropológicas, considerando os estudos realizados do campo das ciências sociais e humanas sobre o tema, com os quais dialoga. Nesta direção é conduzida a partir de uma abordagem qualitativa que se caracteriza por privilegiar o estudo das ações sociais individuais e grupais em uma perspectiva crítica (MARTINS, 2004).

A abordagem qualitativa, presente em pesquisas na área de ensino, alcança uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, influenciando diretamente no contexto da pesquisa e garantindo a compreensão de fenômenos e fatos da análise. Ou seja, o objeto da pesquisa qualitativa é construído progressivamente a partir da interação dos dados coletados do campo e as suas análises. (Fonseca, 1999; Martins, 2004; Poupard *et al*, 2008). No âmbito das políticas públicas, a pesquisa qualitativa tem muito a contribuir na medida em

que tende a considerar os diferentes aspectos de determinada situação relacionando-os ao contexto geral, formulando proposições ligadas à ação e à prática. (POUPART et al, 2008).

O material obtido foi reunido por meio de um levantamento realizado em documentos oficiais e/ou projetos associados à temática da diversidade sexual nas escolas, a saber: a Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Coleção “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas”, o Programa “Brasil sem Homofobia”, o Projeto “Gênero e Diversidade na Escola”. A análise também comporta a identificação de iniciativas e projetos, que fortalecem o respeito à diversidade sexual e a participação da família nas ações voltadas ao cenário escolar, somados à indicação de questões intrínsecas à sexualidade e à diversidade sexual.

A família: um ator importante da comunidade escolar

A família, como participativa nas ações e projetos desenvolvidos nos espaços escolares e, caracterizada como instituição social, vem sofrendo modificações ao longo do desenvolvimento da sociedade moderna cujas alterações têm influenciado decisivamente na forma de interação familiar, constituindo assim diferentes modos de relacionamento e de ressignificação (RAMOS; NASCIMENTO, 2008). As mudanças na sociedade têm alterado as formas de interação social dentro das famílias, constituindo novos modos de relacionamento entre indivíduo/ambiente e entre indivíduo/indivíduo (BERGER; BERGER, 1978; RAMOS; NASCIMENTO, 2008).

Neste processo de ressignificação da família, observa-se uma tendência na naturalização do grupo conjugal como forma elementar de família. Neste sentido, identifica-se que há uma necessidade em dissolver tal naturalidade de modo a perceber a família como instituição que pode sofrer modificações e conceber de forma variável as microinstituições – paternidade, maternidade, casamento – privilegiando diversos arranjos (DURHAM, 1983).

Na realidade empírica, observamos que a categoria Família, como instituição social, é constituída cultural e socialmente a partir de um modelo conjugal ou nuclear tradicional (pai, mãe e filhos/as). Contudo, percebe-se que há diferentes organizações familiares e os novos arranjos familiares que vem surgindo a partir da união entre pessoas do mesmo sexo (DURHAM, 1983). Pela existência desta amplitude de definições nas formas familiares, não podemos negar o surgimento de novas modalidades de constituição familiar conjugal na sociedade moderna. A família pode, portanto, ser compreendida como uma instituição em constante mudança, sofrendo impacto das transformações do campo social e onde novos arranjos são observados.

Isto indica que apesar de existir um modelo hegemônico de família, os desdobramentos da diversidade de arranjos familiares começam a ganhar espaço e certamente influenciam as dinâmicas das relações sociais, inclusive dentro do espaço escolar.

Educação Sexual e Diversidade Sexual na escola: um currículo em construção

Tem crescido a percepção da importância da educação e do ensino como viés para o enfrentamento de situações relativas à discriminação homoafetiva. Deste modo, a escola vem sendo convocada a contribuir para o enfrentamento destas questões, sendo um espaço

decisivo para a construção do pensamento crítico e de práticas pautadas no respeito à diversidade e aos direitos humanos (BRASIL, 2009). A diversidade é um termo utilizado para definir as múltiplas expressões da sexualidade e permite demonstrar que não existe um padrão que possibilite definir o envolvimento afetivo e sexual de um indivíduo em relação ao outro. Assim, a necessidade do debate sobre diversidade na escola justifica-se pela possibilidade dos diferentes atores institucionais transmitirem, refletirem e orientarem a comunidade escolar sobre valores éticos importantes, como respeito e exercício da cidadania (KAMEL, 2008).

Discutir tais questões no âmbito da educação torna-se importante na medida em que se observa uma amplitude e incidência de crimes homofóbicos e violência de gênero no Brasil (ABRAMOVAY, 2004). Entretanto, ainda há toda uma dificuldade em propor estes debates e inserir questões relativas a gênero, sexualidade, igualdade e diversidade sexual nas propostas curriculares das instituições de ensino. Iniciativas para entrada dessas temáticas na escola têm enfrentado resistência, tanto nas esferas institucionais, como nas esferas políticas.

Os debates das questões de gênero nas políticas públicas de educação, com destaque às demandas em torno da diversidade sexual, surgiram no campo da saúde pública e posteriormente em setores da sociedade civil e da educação, ganhando visibilidade e iniciativas no campo legislativo e dos direitos a partir dos anos de 1990 (Vianna, 2012). Assim, as lutas pela igualdade de gênero e também pelo respeito à Diversidade Sexual tem sido constantes nas últimas décadas do século XX, onde inúmeros acontecimentos promoveram uma maior visibilidade de questões relacionadas aos gêneros e às sexualidades tanto na área da saúde e educação quanto nas definições das agendas e políticas governamentais (FREIRE; SANTOS; HADDAD, 2009).

Assim, a partir do final da década de 1990, com a nova LDB – Lei 9.394/96 e elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e seus Temas Transversais, que a Educação Sexual na escola – através do tema transversal Orientação Sexual – e demais temáticas associadas, tornaram-se mais visíveis, alcançando status para o desenvolvimento de projetos e aulas voltados para esta linha da educação. A transversalidade, portanto, possibilita estabelecer, na prática educativa, uma relação entre o conhecimento sistematizado dos campos disciplinares e à formação e vivências dos cidadãos. (BRASIL, 1998b). Assim, podemos afirmar que os PCN possibilitaram um contexto educacional bastante favorável à inclusão da Educação Sexual e da Diversidade Sexual nos currículos do ensino de ciências e biologia (FURLANI, 2008).

A estruturação do currículo envolve diferentes conteúdos e atividades que normalmente representam as tradições culturais e pedagógicas de uma localidade. Surge a partir desta perspectiva, uma noção associada ao controle do processo pedagógico, ao estabelecimento de metas, prioridades e conteúdos mantendo um padrão de conhecimento voltado a um público alvo específico com o objetivo de disciplinar o saber e obtenção de resultados (SILVA, 2011). Assim, pode-se dizer que é o elemento norteador das práticas escolares, uma vez que delimita os objetivos e os critérios de avaliação da ação pedagógica, assim como indica quais conteúdos e metodologias são considerados adequados (FREITAS, 1995).

Numa perspectiva pós-estruturalista, o currículo, evidencia a análise dos conceitos de cultura, linguagem e poder onde os conhecimentos se inter cruzam (FURLANI, 2011; SILVA,

2011; RIBEIRO, 2012), possibilitando uma associação com as propostas voltadas à educação escolar. Observamos, neste sentido, tentativas de incluir questões sociais ao currículo a partir de um conjunto articulado e aberto de temas, que contemple sua complexidade e dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais – como os já mencionados Temas Transversais. Esta iniciativa prevê, portanto, que o currículo ganhe flexibilidade ao priorizar as diferentes realidades locais e regionais (BRASIL, 1997a; 1997b; 1998a). Incluso nesta dinâmica, temos o respeito às diferenças, às desigualdades, às identidades e diversidade dos sujeitos e às relações de poder que tem sido inclusos nos currículos atuais através de projetos e propostas educacionais e políticas voltados ao debate destas temáticas e nas iniciativas de formação continuada dos professores.

Propostas voltadas às escolas: avanços e recuos das políticas educacionais

No âmbito das políticas públicas, como exemplo recente, tivemos o recuo nas diretrizes gerais do PNE – 2011/2020 que substituiu da sua versão atual o texto inicial do Inciso III do Art. 2º que fazia referência à “*superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*”, sendo substituído por “*superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação*” (CLAM, 2014). Este recuo no texto do PNE demonstra que ainda encontramos setores que enxergam a diversidade sexual como uma afronta ao “controle social” e que pensam as questões de gênero e sexualidade sob uma ótica heteronormativa. Na contramão disto, é preciso reconhecer a pluralidade de concepções em relação ao homem e a mulher, bem como reconhecer que as vivências e experiências são construídas socialmente, podendo desta forma apresentar diferentes identidades de gênero.

Outra iniciativa que prevê uma articulação entre os campos da política pública e da educação é o Programa “*Brasil sem Homofobia*”¹, que apresenta como objetivos centrais propostas de educação e mudança de comportamento dos gestores públicos através da implementação de novos parâmetros para a definição das políticas públicas. Prevê ainda, um conjunto de ações destinadas à promoção do respeito à diversidade sexual e ao combate às várias formas de violação dos direitos humanos (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004).

No campo do ensino, suas propostas de ações a favor da não discriminação por orientação sexual incluem a elaboração de diretrizes para os sistemas de ensino, apoio à formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade, formação de equipes multidisciplinares para avaliação de livros didáticos na tentativa de eliminar aspectos discriminatórios, estímulo à produção de materiais educativos sobre orientação sexual e superação da homofobia, bem como a produção de materiais específicos de professores (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004). Tais propostas são válidas na medida em que se sabe que são necessárias ainda a implementação de novas diretrizes para a discussão da temática nas instituições de ensino, e que a formação inicial de professores voltadas ao tema

¹ O Programa “Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais” é uma articulação bem sucedida entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais.

ainda não é contemplada nas instituições de ensino superior, bem como perpassam por questões de cunho pessoal no que diz respeito às discussões e adoções destas propostas no campo do ensino (DE CICCO; 2012).

Dentre as iniciativas de produção de materiais educativos sobre orientação sexual e superação da homofobia e de materiais voltados à prática dos professores no ensino, encontra-se em desenvolvimento a Coleção “*Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*” (BRASIL, 2009). Este volume propõe uma série consistente e articulada de reflexões sobre a produção e a reprodução da homofobia na educação, especialmente no contexto da escola e nos espaços ligados a ela e busca fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas na área da educação e do reconhecimento da diversidade.

Somando-se a coleção, temos também como iniciativa o “*Projeto Escola Sem Homofobia*”², que tem como objetivo contribuir para a implementação do *Programa Brasil sem Homofobia* pelo Ministério da Educação através de ações que promovam ambientes favoráveis à garantia dos direitos humanos e do respeito às orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar (BRASIL, 2014)

O Projeto “*Escola sem Homofobia*” (ESH), no âmbito da produção de materiais, teve como produto um conjunto de recomendações elaborado para a orientação da revisão, formulação e implementação de políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro. Propôs também a incorporação e institucionalização de uma estratégia para trabalhar a homossexualidade de forma mais consistente em contextos educativos com repercussões nos valores culturais atuais. Esta estratégia contou com a elaboração de um kit de material educativo – *Kit Escola sem Homofobia* – abordando aspectos da homo-lesbo-transfobia no ambiente escolar, direcionado para gestores(as), educadores(as) e estudantes, bem como a capacitação de técnicos(as) da educação e de representantes do movimento LGBTQTT de todos os estados para a utilização apropriada do kit nas comunidades escolares (BRASIL, 2014).

O *Kit Escola sem Homofobia* foi elaborado no intuito de combater a violência contra homossexuais nas escolas públicas do país, e destinado à formação dos/das professores(as) em geral, fornecendo-lhes subsídios para trabalharem os temas no ensino médio de 6 mil escolas públicas previamente selecionadas. Trata-se de um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos voltados à desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e para o convívio democrático com a diferença no espaço escolar. Cada kit é composto por um caderno, uma série de seis boletins, três audiovisuais com guias, um cartaz e cartas de apresentação para o/a gestor(a) e para o/a educador(a) (BRASIL, 2014).

² O Projeto Escola sem Homofobia apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). O Projeto foi planejado e executado em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education – GALE; a organização não governamental Pathfinder do Brasil; a ECOS – Comunicação em Sexualidade; a Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Todas as etapas de seu planejamento e execução foram amplamente discutidas e acompanhadas de perto pelo MEC/SECAD.

A distribuição do *Kit Escola sem Homofobia* estava prevista para o segundo semestre de 2011 nas 6 mil escolas de ensino médio com um gasto total de R\$1,8 milhões na sua produção. Contudo, foi cancelada em maio do mesmo ano após pressão das bancadas religiosas, que convenceram a presidente Dilma Rousseff de que o material fazia "propaganda de orientação sexual" e que o "kit gay" – popularmente assim definido – seria distribuído para crianças com seis anos de idade, quando na verdade era destinado exclusivamente a alunos do ensino médio. O veto na verdade esteve vinculado ao material audiovisual composto por três vídeos: *Torpedo*, *Encontrando Bianca e Probabilidade*, enquanto o restante do kit permanece com o Ministério da Educação, especificamente a Coordenação-Geral de Educação e Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), aguardando o parecer final e aprovação (CHAGAS, 2013).

Entretanto, passados mais de dois anos, ainda não há uma definição para o *Projeto Escola sem Homofobia*, embora o MEC afirme desenvolver algumas ações para combater a homofobia nas escolas e ter firmado uma parceria com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia (Fenp) e dez universidades federais para debater e analisar todos os materiais educativos que abordem preconceitos, violência nas escolas e qualquer tipo de discriminação, entre eles, os materiais do *Kit Escola sem Homofobia*. Dentre as ações e iniciativas, o MEC procura oferecer apoio a cursos de pós-graduação em parceria com as universidades públicas para professores e gestores, à produção e divulgação de pesquisas, à inclusão da temática de forma adequada nos editais de avaliação e seleção de livros didáticos, à inclusão do debate nos currículos universitários, entre outras iniciativas sobre orientação sexual e da identidade de gênero (CHAGAS, 2013).

No contexto do respeito à diversidade sexual e como exemplo destas iniciativas, encontramos o Projeto "Gênero e Diversidade na Escola", uma iniciativa bem sucedida do Governo Brasileiro em parceria com o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS) e com o British Council que tem por objetivo promover o debate com professores/as sobre questões relativas a gênero, sexualidade e orientação sexual de forma global e transversal em torno dos direitos sexuais e de processos sociais baseados em gênero e na orientação sexual (BRASIL, 2007). A proposta do projeto em questão problematiza os conceitos de cultura, diversidade cultural, estereótipo, preconceito e discriminação. As discussões de gênero e orientação sexual são também debatidas numa perspectiva transversal trazendo reflexões sobre a relação entre sexualidade e sociedade, aventando concepções de corpo, de identidade de gênero e orientação sexual, bem como as relações étnico-raciais. No contexto do projeto, a escola é ainda problematizada como um ambiente para eliminação do preconceito e de práticas discriminatórias, onde são discutidas diferentes propostas voltadas à educação sexual. Ressalta-se ainda, a importância do tema da sexualidade, no ambiente escolar, estar associado às vivências e percepções dos adolescentes que estão mais próximas do universo simbólico dos estudantes (ROHDEN, 2009).

Percebemos, portanto, que muitas das ações e iniciativas no campo do ensino para a discussão da Diversidade Sexual nas Escolas, perpassam por questões que vão além do alcance institucional, da atuação dos professores(as) e gestores(as) e/ou da elaboração e disseminação de materiais educativos. Perpassam por questões que envolvem a Escola e a Família, seja ela considerada tradicional ou embasada pelos novos arranjos familiares da

sociedade moderna, como pertencentes à comunidade escolar, tendo, portanto, voz ativa e participativa nas decisões das instituições escolares.

Considerações finais

Na expectativa de uma ação pedagógica colaborativa e participativa, tem-se observado a partir dos anos 1980 uma atuação conjunta de gestores escolares, educadores e especialistas em prol de discussões e propostas que problematizem as situações vividas pelos distintos atores sociais da comunidade escolar, incluindo neste âmbito a família (NOGUEIRA, 1999; BIÁZZIO; LIMA, 2009). Desta forma, a família vem cada vez mais se inserindo nos espaços escolares, expandindo assim, as relações com a instituição escolar.

Na abordagem de temáticas associadas à sexualidade dos jovens e o ensino das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DE CICCIO; VARGAS, 2013), observa-se a participação da família, amigos e a escola como principais fontes de informação no que se refere à gravidez e à contracepção. Desta forma, informações tais como estas ganham, portanto, um caráter mais institucional e a escola e conseqüentemente os professores ganham papel relevante neste processo, embora possamos enfatizar que a relação família-escola possa ser estreitada para além de questões relativas à prevenção, onde a participação dos membros familiares faça diferença no debate e implementação de propostas voltadas a sexualidade e diversidade sexual nas escolas.

Outra possibilidade de inserção deste diálogo é a participação conjunta da elaboração e implementação de propostas intra e extraescolares no cotidiano das instituições. Ações objetivadas pela escola, tomadas de decisões e o próprio fazer pedagógico do professor requerem diálogo, discussão e posicionamento com todos os envolvidos no processo educacional (BIÁZZIO; LIMA, 2009). Contudo, tem se observado que ações efetivas viáveis a esta parceria ainda não são concretizadas de fato, dificultando o encaminhamento de soluções coletivas, tais como o debate e o respeito à diversidade sexual no espaço escolar.

Muitas escolas ainda não estão abertas aos diálogos seja acerca de questões pedagógicas ou de iniciativas e propostas inovadoras que discutam temas “mais polêmicos” como a diversidade sexual, embora se tenha observado ao longo dos anos que a escola estendeu sua área de atuação para domínios que antes eram reservados aos núcleos familiares, como o aparecimento de serviços especializados – educação afetivo-sexual, antidrogas – de amparo às famílias (NOGUEIRA, 1999). Estes empecilhos são em parte oriundos da estrutura da nossa sociedade e dos valores e normas por ela impostos, bem como da própria composição das famílias que foram se estruturando ao longo do tempo, determinando limites em seu papel em relação à sua atuação na escola oriundos de ideais distintos decorrentes das diversas formas de organização familiar (BIÁZZIO; LIMA, 2009).

Mesmo diante destes empecilhos, modificações estruturais e no modo de vida das famílias e dos processos escolares tem contribuído para a constituição de um sistema de influências mútuas entre família e escola, onde encontramos caminhos diversos para o diálogo e implementação cadenciada de iniciativas no âmbito escolar. Partindo de uma análise preliminar das políticas públicas a partir da perspectiva das relações de gênero e o contexto em que estas são produzidas, Vianna (2012) nos aponta que há ainda uma discussão complexa

acerca do processo de negociação de reformas, projetos, programas e ações articuladas e disputadas entre o Estado e os movimentos sociais, onde cada qual com seus interesses pressionam por novas políticas públicas.

Neste sentido, reafirma-se a necessária problematização em torno do tema e aponta-se que ainda se faz necessário descortinar aspectos invisíveis de modo a melhor compreender outros elementos associados à diversidade sexual que permeiam o espaço escolar, bem como as lacunas existentes entre as formulações de políticas públicas e suas aplicabilidades no âmbito do ensino.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M. *Juventude e sexualidade* / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO; Brasil, 426p, 2004.

BERGER, P. L.; BERGER, B. *O que é uma instituição social?* In: Foracchi; Martins, J. S. (Org.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, p. 193-199, 1978.

BIÁZZIO, S. C. F. de; Lima, P. G. *A participação da família no projeto político pedagógico da escola*. *Educere et Educare – Revista de Educação*, Vol. 4 n. 7, 2009.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais*/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEP, 146p, 1997a.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais* / Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF, 436p, 1998a.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais* / Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF, 436p, 1998b.

BRASIL. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*/ Org. Maria Elisabete Pereira, Fabíola Rohden ... [et al]. – Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 108p; 2007.

BRASIL. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 458p; 2009.

BRASIL. Projeto Escola Sem Homofobia. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, bissexuais Travestis e Transexuais (AGBLT); Pathfinder do Brasil; Comunicação em Sexualidade (ECOS); Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva (Reprolatina). Disponível em: <<http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh.asp>>. Acesso em 28 mar. 2014. Nota oficial.

CHAGAS, A. Dois anos após veto, MEC diz que ainda 'analisa' kit anti-homofobia. *Notícias Terra online*. 17 mai. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/,62a3a67b302be310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 28 mar. 2014.

CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. *Por que o gênero assusta tanto?* Notícias CLAM. 30 abr. 2014. Disponível em <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11528>>. Acesso em 08 mai. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DE CICCO, R. R. *Potencialidades e limites do ensino das doenças sexualmente transmissíveis: um estudo qualitativo na perspectiva socioantropológica*, 2012. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde) – Ensino em Biociências e Saúde, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

De Cicco, Roberta Ribeiro; Vargas, Eliane Portes. *Relations of Gender, Body and Sexuality: Students' Conceptions on Self-care Related to Teaching Sexually Transmitted Diseases*. American Journal of Educational Research, Vol. 1, N. 9, p. 366-374, 2013.

DURHAM, E. R. *Família e reprodução humana*. In: FRACHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L., V. C.; HEILBORN, M. L. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 13-44, 1983.

FONSECA, C. *Quando cada caso NÃO é um caso*. Revista Brasileira de Educação, n. 10, p. 58-78, 1999.

FREIRE, N. SANTOS, E.; HADDAD, F. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. In: *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo, 266p. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

FREITAS, L. C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

FURLANI, J. *Educação Sexual – quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular*. Perspectiva. Florianópolis, v. 26, n.1, 283-317, jan./jun. 2008.

FURLANI, J. *Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 190p, 2011

KAMEL, L. *Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber* / Luciana Kamel; Cristina Pimenta. – Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

MARTINS, H. H. T. de S. *Metodologia qualitativa de pesquisa*. Educação e Pesquisa, São Paulo, vol.30, n.2, p.289-300, maio/ago 2004.

POUPART, J.; DESLAURIERS, J.P.; GROULX, L; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, Á. P. A *Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (tradução). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAMOS, D. M. dos; NASCIMENTO, V. G. do. *A família como instituição moderna*. Fractal, Rev. Psicol. [online]. Vol.20, n.2, p. 461-472, 2008.

RIBEIRO, C. M. (Org.) *Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da Educação Infantil*. Lavras: UFLA, 532p, 2012.

ROHDEN, F. *Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor*. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n.136, p. 157-174 jan./abr. 2009.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª Edição – 3ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 156p, 2011.

VIANNA, C. *Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica*. Pro-Posições, Campinas, Vol. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.